

Índice

A corrida das vacinas contra a covid-19 pode afetar os países pobres.....	1
Bem-vindas as convicções de Joe Biden, mas não as de Amy Coney Barrett.....	2
“La verdad de la tribu”.....	3
“La vida como obra de arte”.....	4

A corrida das vacinas contra a covid-19 pode afetar os países pobres

A pandemia afeta todos, mas existe o risco dos países ricos açambarcarem as vacinas e dos mais pobres ficarem com as migalhas. Os EUA, a UE, o Reino Unido e o Japão comprometeram o dinheiro necessário para reservarem entre todos, através de acordos com os produtores, 3700 milhões de doses de oito vacinas diferentes que estão em fase de ensaios clínicos. Ou seja, quatro doses por habitante.

Certamente, não é um açambarcamento puro e duro. Nenhuma dessas vacinas está comprovada ainda, e o *overbooking* é uma cautela na previsão de que várias não venham a servir. Mas mesmo assim, constitui a maior parte da produção potencial do mundo, e os países pobres não podem competir com semelhante poder de compra. Verifica-se, portanto, que quando finalmente houver vacinas, a imunização será muito desigual, e a pandemia se prolongará durante muito mais tempo no mundo em desenvolvimento.

Se a solidariedade humana pede que se ajude e se coopere, independentemente do benefício próprio que daí possa resultar, em casos como este vê-se com mais clareza que o bem comum é simultaneamente o de cada um. Se um açambarca, os outros que puderem vão querer fazer o mesmo, e a competição levará a que subam os preços, em prejuízo de todos. Os desiguais níveis de imunização obrigariam a restringir o movimento internacional de pessoas e mercadorias. Enquanto houver grandes

focos de infeção em determinadas partes do mundo, o coronavírus continuará a ser uma ameaça.

Para prevenir os danos que causaria essa concorrência, a OMS promoveu a iniciativa chamada [COVAX](#), que é um fundo comum internacional para financiar a produção e compra de vacinas, de modo que haja para todos e não disparem os preços. Até há pouco tempo, juntaram-se à COVAX 64 países ricos, que avançam o dinheiro, e 92 em desenvolvimento, que irão beneficiar de donativos e descontos.

A COVAX inclui um plano de distribuição equitativo, baseado no princípio de que cada país receba doses proporcionalmente à sua população. A distribuição será feita em duas fases. Na primeira, serão distribuídas vacinas para imunizar os grupos prioritários (trabalhadores da saúde e pessoas consideradas mais vulneráveis). Na segunda, haverá doses para a população em geral.

O objetivo da COVAX é dispor, em finais de 2021, de 2000 milhões de doses, metade para países em desenvolvimento. Para isso, necessita de 5400 milhões de dólares, dos quais até há pouco tempo obteve um quinto. De momento, tem asseguradas 100 milhões de doses para os países em desenvolvimento.

É insuficiente. Um problema é que na COVAX têm faltado países chave. O governo de Trump recusou colaborar com a OMS. A China embora inicialmente não tenha aderido, fê-lo posteriormente. A Índia, que entre os países alheios ao clube dos ricos é um dos poucos com uma indústria farmacêutica capaz de produzir vacinas, e em grandes quantidades, está em conversa-

ções com a OMS. O Brasil, outro importante fabricante de medicamentos, acabou por igualmente aderir à iniciativa.

E muitos que contribuem para o fundo da COVAX compram por outra via, como se disse de início, tornando deste modo mais difícil ao programa da OMS conseguir as doses necessárias.

De qualquer forma, existem iniciativas de cooperação fora da COVAX. Os EUA prometeram que darão vacinas a países em desenvolvimento. A China já começou, embora com uma solidariedade limitada: usa as vacinas que está a desenvolver como arma diplomática, oferecendo acesso prioritário a países nos quais tem interesses estratégicos. Assim, prometeu doações ao Paquistão, o seu principal aliado na Ásia, e às Filipinas. Concedeu licenças para produção de versões genéricas à Indonésia e ao Brasil.

Também algumas multinacionais farmacêuticas estão a atuar. A AstraZeneca e a Johnson & Johnson anunciaram que não procurarão obter lucros até que passe a pandemia. A primeira concedeu licenças na Índia para produção de mil milhões de doses a menor custo, com licença para exportar a países pobres. Também concedeu licenças ao Brasil (100 milhões de doses), e à Argentina e México (250 milhões entre os dois países, para uso próprio e para exportar a outros países latino-americanos).

A África, pelo contrário, está bastante à margem. Por isso, a África do Sul, o Gana, o Senegal, juntamente com várias ONG e agências da ONU, iniciaram uma campanha para pedir que se limitem os direitos de patente sobre as vacinas contra a covid-19, como nos anos noventa foi feito, com sucesso, relativamente aos medicamentos contra a SIDA.

Como no princípio daquela campanha, os grandes laboratórios opõem-se. Alegam que privá-los dos direitos de patente sobre as futuras vacinas desincentiva a inovação, porque os impede de recuperar os investimentos feitos, que somente em parte – e não em todos os casos – foram financiados com fundos públicos. Dizem também que as cópias que forem fabricadas sem contar com eles, podem muito bem vir a ser ineficazes ou inseguras.

A OMS apresentou na recente Assembleia Geral da ONU, outra fórmula: constituir um fundo comum para pagar direitos de patentes. Isso asseguraria que os detentores dos direitos fossem remunerados, embora em valores inferiores aos do mercado. Pelo contrário, as farmacêuticas são favoráveis à COVAX. E, provavelmente, se a COVAX vier a reunir uma cooperação verdadeiramente mundial, seria o melhor para todos.

R. S.

Bem-vindas as convicções de Joe Biden, mas não as de Amy Coney Barrett

Nas eleições presidenciais dos EUA há pouco ocorridas, o Partido Democrata quis utilizar a carta do voto religioso apresentando o seu candidato à Casa Branca, Joe Biden, como um católico devoto. Por isso, é surpreendente que a fé seja um problema quando da confirmação de Amy Coney Barrett enquanto magistrada do Supremo Tribunal de Justiça, pois é católica como Biden. Tudo aponta para que o problema tenha a ver com outros aspetos.

Tal como se esperava, Donald Trump nomeou Amy Coney Barrett para ocupar a [vaga da juíza Ruth Bader Ginsburg](#), falecida a 18 de setembro último (“Aceprensa”, 22.9.2020). Casada e mãe de sete filhos, dois deles adotados, Barrett simboliza bem a luta pela igualdade que a própria Ginsburg impulsionou, e de quem se louvou a sua tenacidade para abrir caminho na profissão jurídica enquanto formava uma família.

Aos 48 anos, Barrett conta com uma sólida carreira profissional. Estreou-se como assistente jurídica num tribunal de apelo e a seguir no Supremo, sob a supervisão do carismático juiz [Antonin Scalia](#), que a formou na filosofia jurídica do originalismo. Posteriormente, exerceu a advocacia alguns anos, tendo-se dedicado depois ao ensino do Direito. Em 2017, foi nomeada por Trump como juiz federal para um tribunal de apelo e confirmada pelo Senado, após um duro processo no qual alguns senadores democratas procuraram desqualificá-la, alegando que os crentes não estão capacitados para aplicar a lei com imparcialidade.

O preconceito contra Barrett regressou aos meios de comunicação social. Num [artigo](#) publicado em “The Federalist”, Elle Reynolds mostra com diversos exemplos a duplicidade de critérios de alguns desses meios para com a fé católica de Biden e a de Barrett: enquanto que a do político de esquerda é celebrada e não constitui um problema para aceder a um cargo público, a da magistrada – de tendência conservadora – levanta suspeitas.

De Biden não há preocupações que possa impor as suas convicções religiosas a outros se chegasse à presidência. Pelo contrário, o habitual nesses meios de comunicações é festejar [como a fé inspira](#) a sua vida quotidiana, a sua visão do mundo e a sua maneira de fazer política. As notícias vão a todo o tipo de pormenores, como o de ter um rosário no bolso, de assistir à missa todos os domingos ou que a sua educação religiosa lhe serviu para desenvolver um forte sentido da justiça.

No caso de Barret, pelo contrário, é imposto o receio. A “Newsweek”, por exemplo, [informou](#) que a comunidade carismática e ecuménica a que pertence a juíza, People of Praise, havia inspirado o distópico regime imaginado por Margaret Atwood em “[A História de uma Serva](#)”. A notícia foi corrigida posteriormente, para explicar que Atwood nunca mencionou esse grupo, mas um outro de nome parecido.

É verdade que as informações favoráveis à fé de Biden não costumam ocultar o facto de que as suas posições numa série de assuntos – como o aborto, o conceito de casamento ou a liberdade religiosa e de consciência – têm cada vez menos a ver com as da Igreja Católica ([“Aceprensa”, 31.10.2012](#) e [11.3.2020](#)). Mas aí recorrem a eufemismos como dizer que a sua posição nesses temas é “complicada”.

A Barrett, pelo contrário, não é perdoada a sua clareza. Em 2017, quando compareceu perante o Senado para a sua confirmação como juíza do Tribunal de Apelo da Sétima Circunscrição, a senadora democrata Dianne Feinstein mostrou-se implacável: “O dogma sai-lhe por todos os poros”. Barrett acabou por ser confirmada no cargo.

A ideia de que um crente que aspira a um cargo público deve ser submetido a um escrutínio especial choca de frente com a neutralidade prometida pelo Estado liberal. Assim o fez notar Tulsi Gabbard, representante democrata pelo Havai, a duas senadoras do seu partido (uma delas, a candidata a vice-presidente de Joe Biden, Kamala Harris) que pretenderam [desqualificar pela sua fé um juiz](#) proposto para um tribunal federal, Brian Buescher ([“Aceprensa”, 22.1.2019](#)).

Tal como as suas colegas do Senado, Gabbard opôs-se à nomeação de Buescher. Mas também a que os motivos para desqualificá-lo fossem a sua fé e a sua pertença aos Cavaleiros de Colombo, uma organização católica. “Não podemos tolerar um tratamento discriminatório contra aqueles com quem discordamos, do mesmo modo que não o toleraríamos contra aqueles com quem estamos de acordo”.

De qualquer forma, parece que a hostilidade para com Barrett tem mais a ver com um preconceito relativamente às suas convicções morais do que à sua fé. Ao fim e ao cabo, o Partido Democrata não teve problemas em apoiar os católicos *pro-choice* (alguns tão destacados como o próprio Biden, [Andrew Cuomo](#), Nancy Pelosi ou [Tim Kaine](#)), enquanto pôs de lado os democratas pró-vida (católicos ou não).

E tão-pouco é incómoda a intervenção dos bispos dos EUA quando falam a favor de temas que coincidem com as causas democratas, como o fim da pena de morte, a restrição das armas de fogo, o acolhimento aos imigrantes ou uma luta mais vigorosa contra o racismo. Em todos estes casos, a fé é sempre bem-vinda.

O processo de confirmação de Barrett não deveria ser focado como um problema de separação entre a Igreja e o Estado. Mais, o que está em causa é se todos os norte-americanos podem aceder como iguais a um cargo público, ou se o facto de terem determinadas convicções morais os desqualifica para o cargo. É uma feliz coincidência que o assunto seja levantado por motivo da vaga de Ginsburg, ícone da luta pela igualdade.

J. M.

“La verdad de la tribu”

Autor: Ricardo Dudda
Debate. Madrid (2019)
238 págs.

O curioso do politicamente correto é que os seus defensores negam que exista, enquanto que os seus críticos o consideram omnipresente. No ponto de vista da esquerda, é um fenómeno que reflete uma revolução cívica e de costumes, na defesa das minorias e dos fracos. Pelo contrário, para os críticos liberais, por mais que o politicamente correto apele à diversidade, na realidade, reduz o pluralismo e a possibilidade de debate, pois há temas que não podem ser questionados e os que se atreverem a fazê-lo, serão de imediato considerados intolerantes. Como resume o autor do livro numa expressão acertada, “hoje a direita é *punk* e a esquerda é puritana”.

Para Ricardo Dudda – jornalista e redator da revista “Letras Libres” –, o politicamente correto é um fenómeno real, embora mais complexo do que dão a entender os populistas que o demonizam e que metem nele tudo o que não apreciam. Nos diversos capítulos, o autor vai delimitando o conceito, ao compasso das guerras culturais desencadeadas a partir dos anos oitenta do século passado, sobretudo no âmbito americano.

O crescimento do politicamente correto na sua versão atual indica a imposição de uma nova ortodoxia. O politicamente correto de esquerda hoje vigente é, na opinião de Doris Lessing, uma combinação de marxismo cultural, puritanismo e narcisismo pós-moderno. Associa-se ao apogeu da “cultura da queixa”, já descrita por Robert Hughes em 1992, e que hoje justifica, por exemplo, as exigências de alunos universitários que pedem proteção contra o mal-estar emocional que lhes podem provocar ideias ou linguagens “ofensivas”. Fomenta-se assim uma cultura da fragilidade e da vitimização misturada com uma resposta impiedosa de ataques em grupo para envergonhar o discordante e destruir a sua reputação.

Dudda dissecava também a psicologia do indivíduo politicamente correto, que procura não abandonar o consenso da tribo e expressa-o com atos que manifestem a sua virtude ou a sua indignação. Tem de se prestar especial atenção às palavras utilizadas, visto que se houver mudança na linguagem, altera-se a realidade, e daí o proliferar de modificações eufemísticas. Mas, em bastantes casos, chega-se a uma reabilitação da censura das opiniões incómodas.

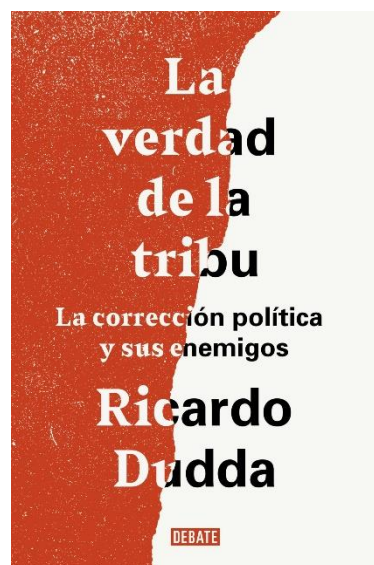
Em princípio, esta atitude é apresentada como uma exigência de respeito pelas minorias, mas em grande parte reflete a política da identidade, com base em características como a raça, o género ou a orientação sexual, em vez das distinções clássicas de ideologia e de interesse económico. Num perspicaz capítulo, Dudda salienta como a identidade conta mais do que

o conhecimento ou a verdade, e acaba por fechar os diversos grupos em novos estereótipos tribais.

Embora o autor não poupe as suas críticas ao politicamente correto, também reconhece que, entre os seus inimigos, há desde genuínos defensores do pensamento crítico, a falsos rebeldes politicamente incorretos, de cariz demagógico e populista. Por isso, esforça-se por recuperar do núcleo do politicamente correto “uma tentativa louvável de reduzir a crueldade e fomentar o respeito, e uma defesa da dignidade do indivíduo”. Dudda quer defender o pluralismo, e, simultaneamente, fomentar um autocontrolo nas expressões que favoreça a convivência.

Ricardo Dudda consegue expor bem este fenómeno moral e linguístico, com citações oportunas de autores e de casos que demonstram o seu conhecimento do debate. E fá-lo sem se submeter aos dogmas do politicamente correto, nem às críticas espalhafatosas dos que se gabam de ser politicamente incorretos.

I. A.



“La vida como obra de arte”

Autor: Carlos Javier Morales
Rialp. Madrid (2019)
142 págs.

A experiência artística e a amorosa são vistas como espaços de liberdade. Como noutros âmbitos da vida, também aqui existem obrigações, rotinas, problemas a atender... Mas, no fundamental, continua a ser certo que a arte e o amor são fontes de oxigénio no meio da modernidade acelerada. Neste ensaio, Carlos Javier Morales – poeta, ensaísta, crítico literário e professor – propõe como levar essa expansão a todos os âmbitos da existência, através de uma vida criadora.

A vida como criação de si mesmo (e como recriação do mundo) exige um ritmo de vida paciente. Mas a sociedade de consumo não gosta desse ritmo, observa Morales. Tão-pouco lhe interessa que nos vejamos como criadores, mas sim como consumidores ou produtores. E o mundo que imagina não é uma “terra para ser cultivada e transformada”, mas “um mercado onde comprar” a grande velocidade.

Como conseguir escapar de uma vida automática? Morales refere um caminho genuinamente moderno: se o que é próprio do automatismo é a execução de atos de forma mecânica e inconsciente – despersonalizada –, ele convida a fazer da própria vida “uma autêntica criação, uma obra nova e tão original como a própria pessoa”, em sintonia com o [ideal da autenticidade](#); ou seja, com a aspiração ética de definir uma identidade “que não seja trivial”, nas palavras de Charles Taylor. A vida criadora consiste em forjar, ao longo da existência, essa melhor versão de si mesmo que deixe uma marca no mundo.

Ao mesmo tempo, Morales reelabora com sentido crítico aqueles aspetos da modernidade que lhe parecem suscetíveis de melhoria. É verdade que a própria intimidade permite conhecer e amar o mundo de forma pessoal. Mas essa experiência é sempre limitada: necessitamos de nos abrir para a realidade tal qual é e à intimidade do outro, para viver num mundo encarnado, não num colocado inteiramente pela minha subjetividade. É este mundo real que se vê enriquecido pela originalidade trazida por cada eu.

Além disso, a modernidade semeou a suspeita de que a felicidade do homem e o progresso da sociedade são incompatíveis com a existência de um Ser divino: o pressuposto é que se existe um Criador, não pode haver espaço para a minha liberdade criadora. Morales rompe esta encruzilhada fazendo ver que, no “Génesis”, Deus não só entrega a realidade como um dom que não se deve manipular à vontade, como também enquanto tarefa. E é aqui onde desenvolve todo o seu sentido a vocação para uma vida criadora, sem automatismos nem inércias. A Deus agrada – dá-lhe glória – a liberdade pessoal, singularíssima, com que cada qual é chamado a aperfeiçoar o mundo.

Com estas premissas, o livro aborda diferentes aspetos onde desenvolver essa “criatividade singular”: as relações humanas e com Deus; o trabalho; a resposta perante a dor; a aceitação de si mesmo; a independência de critério em face das opiniões e das atitudes que estão na moda; a liberdade pessoal perante os defeitos próprios, “que são sempre *personais* e que, portanto, necessitam de um tratamento também pessoal”, etc. Em todos

estes âmbitos, Morales vê uma oportunidade para “criar o meu próprio ser, o meu melhor *eu*, de acordo com o ser que recebi”.

J. M.

